



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL REALIZADA NO DIA 30 DE SETEMBRO DE 2020

MESA: 1ª SECRETÁRIA: Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS)

2º SECRETÁRIO: Fernando José Moreira de Figueiredo (PS)

HORA DE ABERTURA: 09 horas e 30 minutos.

PRESENCAS: Manuel de Sousa e Silva (PS), António Carlos Ferreira Rodrigues de Figueiredo (PSD), António Lopes Ribeiro (PSD), Dalila Maria Gomes Ferreira Pinho (PS), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Alberto Claudino Gomes Figueiredo (PS), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), Marta Susana Alves Palrinhas (PS), Manuel Mouro Pinto (PS), Vasco Manuel Simões Reis em substituição de Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), Júlio Fernando Machado Rodrigues Meneses (PS), Isabel Maria Martins Bizarro Cardoso Rodrigues em substituição de Rogério Fernandes Duarte (PSD), Ekaterina Malginova (PS), António José Correia Ferreira Alves (PS), Rui Manuel Ferreira de Almeida em substituição de Lina Pereira de Figueiredo Roque (PSD), Manuel Amadeu Ferreira Pinto em substituição do Presidente da Assembleia Municipal Vítor Manuel Coelho Barros (PS), Eduardo Fernandes Rodrigues em substituição de David Homem Andrade Marques da Costa (PS), José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Alberto Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), Manuela Rodrigues da Cunha Oliveira, Tesoureira da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres em substituição do seu Presidente (PS), Rui Henriques Rodrigues Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), Luís Carlos Henriques Figueiral, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), Armando da Silva Amaral Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (PSD), Paulo Alexandre Pinto Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), José Celso Rodrigues Martins de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PS), José Vasco Paiva Martins, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS), João Heitor Girão Vieira, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS).

Estiveram igualmente presentes os Srs. Presidente da Câmara Municipal, Vítor Manuel de Almeida Figueiredo, e Vereadores Dr. Daniel David Gomes Martins, Dr. Pedro Miguel Mouro Lourenço, Dr.^a Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho, Dr. José Manuel da Silva Tavares e Eng.^o Nuno Filipe Miranda Henriques de Almeida.

LOCAL: Cineteatro Jaime Gralheiro de São Pedro do Sul.

FALTAS: Fernando Joaquim Pinto (PSD).

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Período de Intervenção do Público.
2. Período de Antes da Ordem do Dia:
 - 2.1 - Aprovação da ata do dia 19/06/2020;
 - 2.2 - Leitura resumida do expediente e prestação de informações ou esclarecimentos;
 - 2.3 - Outros assuntos.
3. Assuntos da Ordem do Dia:
 - 3.1 - Informação sobre a atividade e situação financeira do Município;
 - 3.2 - Análise orçamental/financeira da Termalitur, referente ao 2.º semestre de 2020;
 - 3.3 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre “Reforço do apoio financeiro às obras de impermeabilização da Charca da Cárcoda, apresentado pela União das Freguesias de Carvalhais e Candal”;
 - 3.4 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre “Celebração de Acordo de Colaboração com o Ministério da Educação, para a intervenção de requalificação para remoção de materiais de construção com amianto na Escola Básica de Santa Cruz da Trapa”;
 - 3.5 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre “Taxa Municipal dos Direitos de Passagem para 2021”;
 - 3.6 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre “Reforço do apoio para a requalificação do Campo de Futebol Marques Veloso, apresentado pela União das Freguesias de Carvalhais e Candal”;
 - 3.7 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre “2ª alteração ao Mapa de Pessoal de 2020”;
 - 3.8 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre “Alteração ao Acordo de Mutação Dominial do troço da EN16 entre km 69,920 da variante e o km 70,350”;
 - 3.9 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre “Transferência de competências do Município para as Freguesias”;
 - 3.10 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre “Celebração de Contrato Interadministrativo de delegação de competências relativas ao procedimento de representação gráfica georreferenciada, com a CIM - Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões”.

Verificada a existência de quórum, foi declarada aberta a presente sessão pela 1ª Secretária da Assembleia Municipal Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues, que começou por referir que o Presidente da Assembleia Municipal Vítor Manuel Coelho Barros continuava impedido de comparecer nas sessões por motivos de saúde, pelo que iria presidir aos trabalhos e em sua substituição ficaria o 2º Secretário Fernando José Moreira de Figueiredo e propondo a presença da Deputada Municipal Ekaterina Malginova, tal como na última sessão, para ajudar nos trabalhos da mesa. Também informou que foi apresentada renúncia ao mandato pelo Deputado Municipal David Homem Andrade Marques da Costa (PS), invocando incompatibilidade com a sua atividade pessoal e profissional, o qual iria ser substituído pela Deputada Municipal Gina Rosa Correia Cardoso. De seguida, propôs o seguinte Voto de Pesar: “Queria apresentar um voto de pesar pelo recente falecimento de um funcionário desta autarquia, em acidente de trabalho no exercício das suas funções profissionais ao serviço do município, o Engenheiro



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fernando Albuquerque, que teve um percurso profissional conhecido de muitos, de dedicação, profissionalismo, companheirismo e dedicou mais de vinte anos da sua vida profissional ao serviço do desenvolvimento do nosso concelho e faleceu exatamente nessas circunstâncias.” Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): apresentou Voto de Pesar com o seguinte teor: “Foi com profunda consternação que os sampedrenses tomaram conhecimento, no passado dia 22 de setembro, do acidente de trabalho que vitimou, aos 55 anos, o Senhor Engenheiro Fernando José Reis Afonso Albuquerque, funcionário desta Autarquia desde 1992. Apesar de não ser oriundo de São Pedro do Sul, o que é certo é que o Eng. Fernando Albuquerque sempre manifestou um grande apreço por este Concelho bem como por toda a Região de Lafões, desde o momento em que aqui foi colocado, há cerca de 28 anos. Aqui trabalhou, aqui fez amigos, aqui constituiu família. Se ser de uma terra não tem exclusivamente a ver com o local onde se nasce, podemos dizer que o Eng. Fernando Albuquerque era um sampedrense de coração e que considerava esta terra como sua. Enquanto funcionário da Câmara Municipal, exerceu as suas funções com muita dedicação e profissionalismo, dignificando as funções que lhe foram atribuídas e granjeando o respeito dos seus superiores, colegas e munícipes, que nele viam uma pessoa atenta, participativa e sempre pronta a responder com um sorriso às solicitações que lhe eram feitas. Cidadão atento e sensível, não deixou de dar o seu contributo à política local, aceitando integrar listas de candidatos a órgãos autárquicos. Pessoa muito estimada pela sua cordialidade e pelo seu exemplo de cidadão exemplar, o seu falecimento prematuro num trágico acidente de trabalho, em pleno exercício das suas funções profissionais, não deixou ninguém indiferente e não enlutou apenas a sua família e amigos, mas todos os colegas e aqueles que com ele privaram ao longo da sua breve vida, que lamentam a perda deste cidadão exemplar. Apresentando sentidas condolências aos seus familiares, muito em especial sua Esposa e Filhos, a Assembleia Municipal de São Pedro do Sul, reunida em Sessão Ordinária a 30 de setembro de 2020, curvando-se perante a memória do Eng. Fernando Albuquerque, aprova um voto de pesar pelo seu falecimento e guarda um minuto de silêncio em respeito pela sua memória.” Após, a 1ª Secretária da Assembleia Municipal, referiu que, à semelhança da sessão anterior, devido às restrições decorrentes da pandemia Covid-19, as votações iriam ser feitas com o braço no ar, como normalmente, e registadas no respetivo documento no final da sessão, em que todos os deputados teriam de se dirigir ao palco para fazer o respetivo registo.-----

De seguida, a 1ª Secretária da Assembleia Municipal procedeu à abertura do **Período de Intervenção do Público**, tendo-se verificado as seguintes intervenções:-----

Maria Rosa de Almeida Ferreira: Entregou abaixo-assinado à mesa, assinado pelos residentes da povoação do Outeiro, freguesia de Sul, a manifestar e alertar para a necessidade do alargamento e pavimentação da Rua da Portelada (Cimo de Vila), informando já existir acordo dos proprietários e um contrato assinado entre a Junta de Freguesia de Sul e Câmara Municipal de São Pedro do Sul para a realização dessa obra, uma vez que o piso inviabiliza a circulação de algumas viaturas, que batiam por baixo no pavimento existente, limitava a circulação pedonal das pessoas de idade e a largura não permitia a circulação de veículos de maior dimensão, como viaturas dos bombeiros. Disse, ainda, que também fazem parte do concelho de São Pedro do Sul e como tal exigem ser tratados da mesma forma que outras povoações deste concelho, com a agravante da referida obra ser uma contrapartida pela gestão da água e que, até à presente data,



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não tinha sido cumprida. Américo Paiva Gonçalves: Relembrou uma promessa antiga em relação à sua rua (Rua do Amaral, em Outeiro – Sul) e também apoiando a Rua da Portelada, em que nas primeiras eleições deste executivo lhe tinham prometido que a primeira obra a ser feita na freguesia de Sul seria no Outeiro. Filipe Miguel Figueiredo Pascoal: Referiu que a falta de rede de abastecimento de águas no Entroncamento e no cimo de Sacados, freguesia de São Félix, tem causado inúmeros problemas aos habitantes e à atividade profissional exercida naquela zona, nomeadamente restaurantes e cafés que, neste momento, não têm rede de abastecimento de água, pois a água pode falhar ficando a sua atividade profissional posta em causa. Disse ainda ter tido conhecimento de que a referida rede de abastecimento ia ser alargada, mas que não era suficiente, porque não iria abranger todo esse território e uma vez que o executivo ia fazer aquela obra, poderia maximizar a sua utilidade abrangendo toda aquela população e atividade profissional. Presidente da Câmara Municipal: Começou por agradecer a presença dos munícipes que fizeram as suas intervenções, dizendo que aquele era o local certo para serem discutidos e resolvidos os problemas e não nas redes sociais como tem acontecido. Respondendo à Sr^a Rosa, disse o seguinte: “A senhora falou num protocolo da Junta de Freguesia, aliás o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sul anda sempre a falar das obras desse protocolo; esse protocolo foi feito não só com a Junta de Freguesia de Sul, mas também com Pindelo dos Milagres, com Santa Cruz da Trapa e com Carvalhais, e não adveio daí nenhum rendimento para a Câmara Municipal, a lei obrigava-nos a que todas as águas estivessem na posse da Câmara Municipal e as águas destas freguesias estavam na posse da Junta de Freguesia; nós tivemos que negociar à pressa, porque na anterior gestão autárquica, durante muitos anos, o problema nunca foi resolvido, e tivemos que ser nós a ficar com este “menino na mão”. É claro que tivemos que aceitar tudo aquilo que as Juntas de Freguesia nos propuseram, porque senão não iríamos conseguir cumprir a lei. Eu quero lembrar que nesse protocolo, que foi feito com a Junta de Freguesia de Sul, há uma série de obras, que foram indicados uns determinados montantes de verbas e que essas verbas estão todas ultrapassadas, de longe, o que significa que este protocolo não possa ser cumprido na totalidade, porque as verbas são superiores. No que diz respeito à pavimentação da estrada, temos aqui dez mil euros que não dá para fazer aquilo, para além de que temos uma casa à entrada dessa rua que tem que ser demolida e eu ainda estou à espera da autorização dos proprietários para a sua demolição; a partir do momento em que tenha essa autorização, é claro que a obra avançará, em princípio para o ano que vem. Isso engloba depois a questão do calcetamento e é claro que a calçada está mal, mas quero lembrar que a calçada está mal desde sempre e é uma questão que nós queremos resolver, mas queremos resolver bem; mais do que hoje em dia andarmos a fazer obras, temos que as fazer bem.” Maria Rosa de Almeida Ferreira: Disse que a casa estava abaulada e que constituía perigo para a população. Presidente da Câmara Municipal: Referiu que não ia entrar em propriedade privada e demolir uma casa sem autorização, pois estaria sujeito a processo judicial. Sobre o que disse o Sr. Américo Gonçalves, lembrou que 80% da estrada em causa foi alcatroada pelo atual executivo, sendo que relativamente aos restantes 20%, existiam proprietários que não quiseram que fosse alcatroado, pelo que o Sr. Américo teria que se entender com esses proprietários, para que a Câmara pudesse avançar com o restante alcatroamento. Relativamente à intervenção do Sr. Filipe Pascoal, disse o seguinte: “Tem toda a razão e sobre isso não tenho nada a dizer, mas quero-lhe adiantar o seguinte: parte do problema estará ultrapassado, porque já entregámos a obra a um empreiteiro que vai trazer água desde a



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

zona de Vila Nova até àquela zona do restaurante do Retiro da Fonte, toda aquela zona vai levar água e vai levar já as tubagens para o saneamento, porque entretanto o alcatrão estava todo estragado, derivado a haver muitas fugas e rebentamentos de água, e não íamos meter alcatrão sem colocarmos as tubagens de água e saneamento. Posso-lhe dizer que tenho aqui, e posso mostrar-lhos, os projetos já feitos dessas obras, mas temos dois problemas para resolver: primeiro, a travessia da EN228, que é propriedade da Estradas de Portugal, que é uma situação que estamos neste momento a resolver, tanto eu como o Engº Nuno já tivemos reuniões com a Estradas de Portugal, não apenas para resolver o problema do Entroncamento e de São Félix, mas também da Cobertinha e da Ladreda, na freguesia de Figueiredo de Alva, ou seja, o problema a resolver temos que o resolver todos em conjunto, de forma que quando for para resolver o problema da travessia da estrada, é para resolver os três todos ao mesmo tempo. Nós não vamos resolver o problema da água de São Félix sem primeiro termos o problema da água de Vila Maior resolvido, porque o depósito da água que abastece São Félix, abastece também Vila Maior e Pinho e, neste momento, o que acontece é que no verão falta a água, ou seja, quem fica logo sem água são as pessoas da Cobertinha; se nós estendermos a água para São Félix, São Félix vai ter sempre água porque num patamar inferior, mas as pessoas que moram na Cobertinha vão ter sempre problemas, ou seja, nós não vamos resolver o problema de São Félix sem primeiro termos o problema da Cobertinha resolvido, sob pena de as pessoas da Cobertinha ficarem sem água para as de São Félix terem água. Temos verbas este ano para aumentarmos o depósito de água dos Cadraços e também para novas captações em Vila Maior, que ainda não se iniciaram neste momento, mas já há ideias daquilo que se pretende. No que diz respeito a saneamento, também tenho aqui o projeto feito, e também lho posso mostrar, só que o problema (e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia sabe disso) é que nós estamos à espera que a junta nos resolva o problema do terreno, quem compra o terreno é a Câmara e eu só preciso que me digam onde é que é o terreno; aliás, a Junta de Freguesia sabe qual é a zona que pretendemos e existem lá muitos terrenos. Eu tenho muitas freguesias com o problema da compra dos terrenos resolvido, Manhouce, Santa Cruz da Trapa, Vila Maior, resolveram esses problemas, agora não pode também ser o Presidente da Câmara ir a cada freguesia, a cada povoação, tem que ser a junta também a ajudar e a conseguir disponibilizar um terreno e a Câmara Municipal vai lá comprá-lo. Nós, com o projeto feito, falta-nos saber onde é que vai ficar a ETAR, e a Junta de Freguesia já sabe disto há mais de um ano, já sabe que é necessário comprar o terreno, nem sequer ainda falámos em preços, porque ainda nem temos o terreno.” Filipe Miguel Figueiredo Pascoal: Perguntou se quando for feita a obra, este ia ser maximizada a sua utilidade, ou seja, se ia abranger não só o Manjar do Retiro, mas também a outra atividade profissional ali ao redor e as outras habitações. Presidente da Câmara Municipal: Respondeu que não era para favorecer o Manjar do Retiro em detrimento dos outros, mas como a estrada estava (e ainda está) toda esburacada devido a diversas fugas de água, vão colocar a tubagem, ainda não vai ter seguimento, e da mesma forma que vão meter a tubagem para o saneamento, vão também meter para a água e nessa altura, como estava em queda, não era preciso atravessar a estrada. Américo Paiva Gonçalves: Em relação ao alcatroamento da rua, disse que os três proprietários em causa queriam pedra em vez do alcatrão, pelo que pediu ao executivo que resolvesse o problema colocando pedra nos restantes 20% da estrada.-----

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

A S S E M B L E I A M U N I C I P A L

A 1ª Secretária da Assembleia Municipal procedeu, então, à abertura do **Período Antes da Ordem do Dia**, começando por colocar à votação a **ata do dia 19/06/2020**, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a mesma, com dispensa da sua leitura, em virtude do texto da mesma haver sido distribuído previamente por todos os seus membros. Nota: os Deputados Municipais que estiveram ausentes na sessão em causa não intervieram neste ponto. -----

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA:Publicações:

- “Ecos da Gravia”, referente aos meses de janeiro/fevereiro, julho e agosto de 2020;
- “Voz das Misericórdias”, referente aos meses de junho e julho/agosto 2020;
- “Associação Portuguesa de Deficientes”, referente aos meses de maio e agosto 2020;
- “Revista das Assembleias Municipais e dos Eleitos Locais”, referente aos meses de janeiro/março e abril/junho de 2020;
- “O Mapa Municipal Português (1820-2020) – A reforma de Passos Manuel”.

Ofícios:

- Da Câmara Municipal, com o nº 13396, de 22/09/2020, a propor os assuntos que irão ser discutidos da sessão do dia 30/09/2020.

Mails:

- Da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, datado de 13/06/2020, a dar conhecimento da síntese dos principais diplomas publicados no Diário da República e “clipping” de notícias, de 29 de maio a 12 de junho de 2020;
- De António Augusto Ferreira Gomes, datado de 14/06/2020, a remeter carta de renúncia à comissão alargada da CPCJ;
- Da CPCJ de São Pedro do Sul, datado de 15/06/2020, a solicitar a designação de novo representante na Comissão Alargada da CPCJ, na sequência de renúncia de António Augusto Ferreira Gomes;
- Da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, datado de 15/06/2020, a informar da realização do II Congresso Nacional da ANAM, no dia 19/09, em Braga;
- Do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, datado de 22/06/2020, a remeter pergunta ao Ministério das Infraestruturas e Habitação sobre as árvores secas em risco de queda na EN227, no troço que atravessa as freguesias de São João da Serra (Oliveira de Frades) e de Arões (Vale de Cambra);
- Da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, datado de 22/06/2020, a dar conhecimento do Guia Fiscal do Interior;
- Da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, datado de 22/06/2020, a convidar para participar na sessão “Webinar CVEL – Direito de Oposição em tempos de Covid-19”, no dia 17 de junho;
- Da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, datado de 23/06/2020, a remeter comunicação do seu presidente sobre a assinatura da revista RAMEL (Revista das Assembleias Municipais e dos Eleitos Locais);
- Da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, datado de 25/06/2020, a dar conhecimento da ata da reunião de câmara realizada no dia 16/06/2020;

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, datado de 29/06/2020, a dar conhecimento da síntese dos principais diplomas publicados no Diário da República e “clipping” de notícias, de 15 a 26 de junho de 2020;
- Da CIM Viseu Dão Lafões, datado de 06/07/2020, a remeter voto de louvor “Aos órgãos, profissionais e parceiros das escolas e aos autarcas da sua área pela resposta da educação às contingências impostas pela pandemia de Covid-19”, aprovado, por unanimidade, na sua reunião realizada no dia 29/06/2020;
- Do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, datado de 07/07/2020, a remeter pergunta ao Ministério do Ambiente e Ação Climática e ao Ministério da Economia e Transição Digital sobre a retoma do horário alargado e do atendimento complementar na USF Lafões, Oliveira de Frades, suspenso devido à Covid-19;
- Da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, datado de 09/07/2020, a dar conhecimento da ata da reunião de câmara realizada no dia 25/06/2020;
- Da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, datado de 09/07/2020, a convidar para participar na sessão “Webinar CVEL – Poderes orçamentais e financeiros da Assembleia Municipal em tempos de pandemia”, no dia 16 de julho;
- Da DGAL – Direção-Geral das Autarquias Locais, datado de 10/07/2020, a remeter Ofício Circular sobre a definição do colégio eleitoral para efeitos de eleição do presidente para a CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional;
- Da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, datado de 21/07/2020, a convidar para participar na sessão “Webinar CVEL – Contratação Pública”, no dia 23 de julho;
- De Rui Magalhães, datado de 21/07/2020, a solicitar a divulgação da obra intitulada “A Responsabilidade Política dos Eleitos Locais”;
- Da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, datado de 23/07/2020, a remeter Programa e Regulamento do II Congresso Nacional da ANAM, no dia 19/09, em Braga;
- Da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, datado de 24/07/2020, a dar conhecimento da ata da reunião de câmara realizada no dia 09/07/2020;
- Da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, datado de 27/07/2020, a dar conhecimento das deliberações aprovadas em minuta na reunião de câmara realizada no dia 23/07/2020;
- Do STAL, datado de 28/07/2020, a remeter ofício sobre “STAL intensificará a luta pela regulamentação do suplemento de risco”;
- Da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, datado de 28/07/2020, a dar conhecimento da síntese dos principais diplomas publicados no Diário da República e “clipping” de notícias, de 13 a 24 de julho de 2020;
- Do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, datado de 05/08/2020, a remeter pergunta ao Ministério da Saúde sobre a retoma do horário alargado e do atendimento complementar na USF Lafões, Oliveira de Frades, suspenso devido à Covid-19;
- Da CIM Viseu Dão Lafões, datado de 10/08/2020, a remeter informação sobre a necessidade de ser realizada uma adenda ao contrato interadministrativo de delegação de competências, no âmbito da implementação do DL 14-C/2020;
- Da APROVARELATORIO, datado 21/08/2020, a remeter comunicação dirigida à Presidência da Assembleia Municipal sobre o Regulamento Geral de Proteção de Dados nas Autarquias, e



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o papel dos Deputados Municipais por inerência, e do Presidente da respetiva Assembleia Municipal:

- Da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, datado de 24/08/2020, a dar conhecimento da síntese dos principais diplomas publicados no Diário da República e “clipping” de notícias, de 24 de julho a 07 de agosto de 2020;
- Do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, datado de 24/08/2020, a remeter pergunta ao Ministério da Saúde sobre a dificuldade de contacto telefónico com os serviços de saúde de proximidade;
- De Miguel Regada, datado de 25/08/2020, a dar a conhecer o DESCOBRIR e o livro “Descobrir São Pedro do Sul”;
- Da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, datado de 26/08/2020, a dar conhecimento da síntese dos principais diplomas publicados no Diário da República e “clipping” de notícias, de 10 a 21 de agosto de 2020;
- Da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, datado de 27/08/2020, a dar conhecimento das deliberações aprovadas em minuta na reunião de câmara realizada no dia 27/08/2020;
- Da DGAL, datado de 04/09/2020, a remeter lista provisória dos cadernos eleitorais para eleição do presidente e de um vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) – Cumprimento do nº 1 do artigo 6º do Regulamento;
- Da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, datado de 05/09/2020, a dar conhecimento da síntese dos principais diplomas publicados no Diário da República e “clipping” de notícias, de 24 de agosto a 04 de setembro de 2020;
- Da WIREMAZE, datado de 08/09/2020, a dar conhecimento da realização do “2º Workshop Autarquias do Futuro”, de 13 a 29 de outubro, no âmbito da Semana Europeia da Democracia Local, organizada pela autarquia de Valongo;
- Da DGAL, datado de 10/09/2020, a dar conhecimento do Despacho nº 8703/2020, de 10 de setembro, que procede à convocatória para a eleição indireta do presidente e de um vice-presidente das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional no dia 13 de outubro;
- Da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, datado de 10/09/2020, a dar conhecimento da ata da reunião de câmara realizada no dia 23/07/2020;
- Da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, datado de 10/09/2020, a dar conhecimento da ata da reunião de câmara realizada no dia 27/08/2020;
- Do Gabinete do Secretário de Estado da Descentralização e Administração Local, datado de 18/09/2020, a remeter carta sobre a eleição indireta dos presidentes e vice-presidente das CCDR;
- Do Deputado Municipal David Homem Andrade Marques da Costa, datado de 21/09/2020, a apresentar renúncia ao mandato de membro da Assembleia Municipal;
- Da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, datado de 23/09/2020, a dar conhecimento da síntese dos principais diplomas publicados no Diário da República e “clipping” de notícias, de 07 a 18 de setembro de 2020.

Faltas:

- Da Deputada Municipal Lina Pereira de Figueiredo Roque, datado de 13/06/2020, à sessão realizada no dia 19/06/2020;
- Da Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva, datado de 21/07/2020, à sessão realizada no dia 31/07/2020;

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

A S S E M B L E I A M U N I C I P A L

- Do Presidente da Assembleia Municipal, Vítor Manuel Coelho Barros, datada de 15/09/2020, à sessão do dia 30/09/2020;
- Do Deputado Municipal Rogério Fernandes Duarte, datada de 18/09/2020, à sessão do dia 30/09/2020;
- Da Deputada Municipal Lina Pereira de Figueiredo Roque, datado de 19/09/2020, à sessão do dia 30/09/2020;
- Da Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva, datado de 23/09/2020, à sessão do dia 30/09/2020.

De seguida, verificaram-se as seguintes intervenções: -----
Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Relativamente à correspondência, considerava que não estava a haver a necessária comunicação entre os elementos da mesa e os restantes elementos da Assembleia Municipal, que era fundamental todos os elementos da Assembleia Municipal também receberem a correspondência, nomeadamente quando eram rececionados convites para eventos ou ações de formação que eram do interesse de todos participarem. Solicitou também esclarecimento ao executivo relativamente a email da IGAMAOT - Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, datado de 14/02/2020, a informar que tinham dado início à ação de inspeção respeitante à avaliação do cumprimento do regime jurídico da reserva ecológica nacional no município de São Pedro do Sul. 1ª Secretária Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS): Fez intervenção com o seguinte teor: “Além de outras preocupações e carências das nossas comunidades do interior, o nível de qualificações e de escolaridade da população adulta continua bastante baixo (para comprovar, no que respeita aos dados dos Censos de 2011, 76% dos adultos do nosso concelho tinham abaixo do ensino secundário e desses, cerca de 38% apenas tinham o 1º ciclo do ensino básico). Estes dados foram melhorando, mas estão, hoje, ainda longe do aceitável. Lembro que há uns anos, além da pobreza, da necessidade dos jovens ingressarem rapidamente no mundo do trabalho ou abandonarem a escola para constituir família, o percurso escolar não era muito valorizado, nem, muitas vezes, necessário para se ingressar ou progredir numa profissão. Hoje isso não acontece. Hoje a falta de escolaridade é impeditiva para a concretização de sonhos profissionais, mesmo que muito pequenos. Neste enquadramento, e no seguimento da aposta que tem sido feita um pouco por todo o país na melhoria das qualificações da população adulta, quer para o reconhecimento de competências ao longo da vida, quer para o alargamento do “leque” de possibilidades profissionais, ou mesmo para a melhoria da autoestima, pois muitos adultos de hoje gostariam de ter prosseguido estudos e não tiveram essa possibilidade, foi recentemente criado e encontra-se já em funcionamento um Centro Qualifica no Agrupamento de Escolas de Santa Cruz da Trapa. Este Centro está integrado no Sistema Nacional de Qualificações, a sua sede é na Escola Básica Integrada de Santa Cruz da Trapa e vai abranger as populações dos concelhos de São Pedro do Sul, Vouzela e Oliveira de Frades. Este Centro Qualifica pode promover ou certificar formação escolar até ao 12º Ano (4º, 6º, 9º e 12º), quer organizando formação para grupos que estejam ao mesmo nível, quer colmatando lacunas (ex. falta de conclusão de disciplinas ou unidades curriculares), quer certificando a formação e percursos de vida em termos individuais, há uma solução para cada pessoa que queira aumentar o seu nível de escolaridade e adequada às suas próprias possibilidades e capacidades. O Centro tem ao seu serviço uma equipa de técnicos e professores

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

A S S E M B L E I A M U N I C I P A L

que irão trabalhar onde houver candidatos e em parceria com as entidades da localidade (ex. juntas de freguesia, associações, empresas, etc.) Além disso, tem já protocolos estabelecidos com diversas empresas formadoras que organizam formação ao nível profissional na região. O Centro Qualifica não trabalha isoladamente, trabalha sempre em parcerias. Uma vez que estou a coordenar este Centro e aproveitando que se encontram presentes os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia, solicito que no fim desta sessão não se ausentem para conversarmos, muito rapidamente, sobre alguns aspetos práticos a programar, evitando estar a reunir com cada um individualmente, pois assim é mais fácil para todos (isto no caso de pretenderem algum destes serviços nas vossas freguesias).” Deputada Municipal Marta Susana Alves Palrinhas (PS): Em nome da bancada do PS, propôs um Voto de Louvor à Academia de Andebol de São Pedro do Sul, pela subida à Primeira Divisão Nacional da equipa de seniores femininas e à Segunda Divisão da equipa de seniores masculinos. Deputado Municipal Vasco Manuel Simões Reis (PSD): Começou por prestar a sua homenagem ao Dr. Jaime Gralheiro e a Custódio Silva da empresa “Silva & Farrecas” por este ter mandado edificar o edifício do Cineteatro. Disse ainda que para além de se propor Voto de Louvor à Academia de Andebol, se propunha também ao Sr. Carlos Pires, porque sem ele e sem o seu conhecimento esses objetivos nunca seriam alcançados. 1ª Secretária Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS): Referiu ter ficado registado o Voto de Louvor à Academia de Andebol e ao Sr. Carlos Pires, ficando o mesmo aprovado. Deputado Municipal Vasco Manuel Simões Reis (PSD): Usou novamente da palavra para fazer intervenção com o seguinte teor: “Na passada sessão da Assembleia Municipal, que vi a sua ata ser aprovada hoje, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de São Pedro do Sul trouxe à discussão uma publicação do Facebook que o próprio citou textualmente. No entanto, trunco essa publicação com o intuito pouco claro, mas que a mim me parece óbvio. Antes de prosseguir com este tema, pergunto ao Sr. Presidente se a sua conta de Facebook é privada e a título pessoal, como é a minha, ou é institucional, ou até se é algum órgão de comunicação social, porque já reparei que as notícias de São Pedro do Sul deixaram de ser transmitidas pela Rádio Lafões e passaram a ser transmitidas pela página do Presidente e do Município. Se Salazar fosse vivo ficava orgulhoso de si. Voltando ao post e para contextualizar a quem não se lembra, este post foi feito em tempo de confinamento absoluto; um senhor de seu nome Américo Moreira, que eu não conheço, fotógrafo de profissão e talvez cientista nas horas vagas, fez uma publicação no Facebook em que afirmava o seguinte: “Os aqistas termas podem visitar as Termas de São Pedro do Sul, pois as propriedades naturais da água combatem o novo coronavírus, logo torna-se impossível o contágio”; até aqui estávamos bem, era só um senhor a dizer que o seu conhecimento empírico era ciência, uma idiotice pegada, o senhor não se baseava em nada que não fosse o seu próprio discernimento, basicamente era mais um cientista do Facebook a dizer que tem provas inequívocas que a terra é plana em vez de redonda, nada de novo. Isto aqui não havia problema nenhum, houve até um senhor que fez serviço público, que foi um médico de seu nome Filipe Pinheiro, que desconstruiu esta idiotice como era seu papel e passo a citar: “Filipe Pinheiro sem o querer desmentir, porque não sou infectologista, em que artigos científicos é que se baseia para fazer essa afirmação, pode colocar aqui dois ou três”, e quem é que responde a isto? O Chefe da Proteção Civil de São Pedro e Presidente de Câmara, e o que é que vem dizer Vítor Figueiredo: “Filipe Pinheiro tem algum artigo científico que diga o contrário, diga só um”. O Sr. Presidente com esta afirmação demonstra duas coisas: uma é ignorância pura e dura, notoriamente o Sr. Presidente fez o secundário à boleia, porque se



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tivesse feito bem o secundário sabia que quem demonstra uma teoria tem de a provar, não é o contrário, e a outra coisa que demonstra é que é tão ou mais idiota que o senhor que fez a publicação, porque mesmo depois de ser desmentido por um médico e homem da ciência, continuou na sua ilusão de conhecimento que muito o caracteriza. Eu também disse um comentário nessa publicação, em que passo a citar: “É assim que estamos com idiotas no poder”, e posso dizer-lhe uma coisa para o alegrar: infelizmente o senhor não é o único idiota que temos, temos também dois belos exemplares, um na América do Norte e outro no Brasil, que se fartaram de dizer barbaridades acerca do Covid. Outro tema que aqui trago hoje é sobre o skate parque de São Pedro do Sul, até há poucos dias existia uma placa que proibia a prática de outras modalidades, que não o skate, e essa placa desapareceu, quero perguntar se foi um ato de vandalismo ou se a Câmara tirou e se foi a Câmara a tirar, queria saber quais as razões de a tirar e de a pôr em primeiro lugar. Em terceiro vou aqui também trazer um tema que não queria e espero que seja a última vez que sou obrigado a fazer este tipo de intervenções. Depois da última Assembleia Municipal, fui contactado por um hoteleiro das Termas para que tivéssemos uma reunião, a boa nova que esse hoteleiro me trazia é que o Presidente da Câmara de São Pedro do Sul lhe tinha dado uma informação em primeira mão, informação essa que era a seguinte: “O Vasco Reis, na última Assembleia Municipal, afirmou que era contra a construção de um determinado hotel nas Termas de São Pedro do Sul, e como a ata redigida e que aprovámos hoje pode provar, essa declaração é uma aldrabice, não tem outro nome, por isso peço ao presidente que esclareça esta situação e chamo-lhe a atenção para ter cuidado com as palavras, porque pode ter de repetir isso noutra local.” Presidente da Junta de Freguesia de Sul José Pedro Maurício Pereira (PSD): Relativamente ao protocolo das águas, lembrou o executivo que, em pleno século XXI, ainda existiam freguesias que, infelizmente, não tinham água ao domicílio, referindo que: “Também é verdade que esta transição ocorreu de uma obrigação legal imposta por lei e que nesse processo de negociação nós defendemos, até porque houve pessoas que cederam nascentes de água e colaboraram na abertura das rotas, não haver um aumento significativo dos preços de água a pagar, de forma a beneficiar essas pessoas. Aquilo que o Sr. Presidente me transmitiu foi que não podia haver preços diferenciados no concelho, até porque a entidade reguladora não permitia essa situação. Com base nesse critério, nós elencámos uma série de obras que foram estipuladas num protocolo assinado em março de 2015, vieram à Assembleia Municipal em 25 de abril de 2015 e que foram aprovadas, algumas delas estão executadas e outras por executar. Também lhe quero transmitir que algumas delas estão sobrevalorizadas e há outras obras em que o preço poderá ser superior àquilo que estava estipulado. Posso dar o exemplo da estrada de Sul ao Ervilhal, que estava aqui no protocolo com o valor de 333 mil euros e ficou em 165 mil euros, temos aqui uma verba por exemplo para a estrada dos Pesos, que recentemente foi alcatroada, e bem, em que também temos aqui cerca de 345 mil euros e a obra situa-se à volta de 240 mil euros e que não é por isso que as pequenas obras que estão aqui elencadas, como a obra do Outeiro de Sul, que é uma necessidade e ainda bem que há ali acordo entre os proprietários para deixarem alargar, que será uma mais-valia para aquela povoação e que vai melhorar a qualidade de vida dessas pessoas. Aquilo que me traz também aqui e que eu precisava de um esclarecimento da parte da Câmara Municipal é que, com este contrato que foi tornado público, as pessoas dessas aldeias onde faltam essas obras ficaram na expectativa da realização das mesmas; temos sido interpelados por essas pessoas aquando a sua realização. Também na Assembleia de Freguesia temos questionado sobre essa realização;



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

este protocolo terminava no final de setembro de 2017 com o mandato anterior, foi aprovado e prorrogado por mais um ano até 2018. Há aqui algumas das obras, no caso de Oliveira, Macieira, Quinta Trás da Serra, Aveloso, Leirados e Outeiro que ainda não estão executadas, sei que Leirados está orçamentado, Macieira também está a trabalhar no assunto com a comissão de partes, mas aquilo que eles querem saber em concreto, é quando é a previsão da conclusão dessas obras, até porque na Assembleia de Freguesia do mês de novembro de 2019 foi enviada uma proposta de recomendação, aprovada por unanimidade, quer para a Câmara Municipal, quer para a Assembleia Municipal, e até à data não houve uma resposta sobre esse esclarecimento.”

Deputado Municipal Manuel de Sousa e Silva (PS): Fez intervenção com o seguinte teor: “Como se devem recordar, nós fizemos uma petição para a requalificação da EN16 entre as Termas e Vouzela, essa petição foi entregue na Assembleia da República e, no passado dia 23 deste mês, fomos convocados para uma audição na Assembleia da República. Face ao estado de pandemia, eu solicitei para que essa audição pudesse ser por videoconferência (o senhor vice-Presidente, Dr. Pedro Mouro, estava em Lisboa e assistiu presencialmente), estive eu e esteve o Sr. Presidente de Vouzela, e apresentámos o que já é conhecido: que queremos que a requalificação seja uma realidade. Mesmo atendendo à situação que vivemos, e somos compreensivos relativamente a isso e acho que há outras prioridades neste momento, mas esta é uma situação que já remonta há vários anos, é uma estrada que foi construída em 1930, cujo seu troço se mantém desde então (a única coisa que foi alterado foi o pavimento), que tem 1400 metros, tem 13 curvas altamente sinuosas e que é importante para a zona de Lafões, nomeadamente para São Pedro do Sul. Estiveram três deputados, um do PS, outro do PSD e um do BE, ouviram-nos com atenção e ficaram de levar as nossas preocupações ao executivo. É evidente que devemos continuar a insistir, vamos aguardar algum tempo, mas não vai ficar por aqui, vamos analisar e dar continuidade às nossas reivindicações relativamente à requalificação da EN16 que liga Termas a Vouzela. Mudar um bocadinho de assunto, mas tenho que o fazer sobre a minha consciência e que é o seguinte: ao longo da existência destas assembleias que têm decorrido, tenho arranjado amigos quer de uma bancada, quer da outra, com quem tenho trabalhado e tem sido uma colaboração fantástica, mas eu não me revejo naquilo que foi dito aqui há momentos. Nós somos adversários políticos, existe uma bancada de um lado e existe uma bancada de outro lado, agora agressões verbais não aceito e vou-vos dizer o seguinte: se isto voltar a acontecer eu retiro-me da Assembleia. Eu aceito que haja debate político, agora agressividade desta forma não aceito, não me coaduno com esta situação; entendo que há eleições e cada um deve procurar as melhores perspetivas para o nosso concelho e defender com unhas e dentes, agora agressões verbais como que eu vi aqui, não aceito, não está na minha maneira de ser e não vou assistir a isto.”

Presidente da Junta de Freguesia de São Félix Luís Carlos Henriques Figueiral (PSD): Começou por referir que estava inteiramente de acordo com o que disserem as pessoas que vieram de São Félix e que estavam presentes nesta Assembleia Municipal, dizendo o seguinte: “Nós percebemos que existam outras obras para fazer, outros interesses noutros sítios para cumprir, mas é muito importante para nós, estamos em pleno século XXI e ainda temos casas sem água ao domicílio, o que me deixa muito preocupado. O que nós queríamos dessa obra que vai ser feita e pelos vistos já está adjudicada, era que não fosse feita dessa forma, ou seja, vai ser gasta uma verba a criar uma canalização por um sítio onde nem sequer há casas, que é de Vila Nova até parte à do Entroncamento, até à parte do Chafariz, em que essa verba podia ser utilizada para o atravessamento da Estrada Nacional. Em



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

relação ao saneamento, eu já tinha ouvido de pessoas que andavam a dizer que a desculpa era que a Junta de Freguesia não arranjava o terreno e eu não aceito isso, porque o Sr. Presidente disse que nunca foram falados em valores, já foram falados valores, eu já lá estive várias vezes com alguns proprietários a tentar negociar valores juntamente com o executivo e com técnicos da Câmara Municipal e o proprietário não aceitou esses valores. Também já propusemos outros terrenos e o que me foi sempre dito pelo técnico ou por alguém da Câmara foi que não era viável por a conduta ter que atravessar muitos terrenos, o outro não era viável porque ficava do outro lado e não dava, portanto, uma série de fatores que impossibilitaram a compra desse terreno. Eu já me propus, inclusive, a dar a cara por uma expropriação, mas nós não temos meios nem técnicos para tratar dessa burocracia toda, a Câmara terá pessoas qualificadas para isso, mais facilmente eles conseguirão tratar da parte burocrática da expropriação, mas posso ser eu a dar a cara, posso ser eu a falar com o proprietário e dizer-lhe que lhe vamos expropriar o terreno e que fui eu que decidi dessa forma, já me propus a isso várias vezes. Mais do que isso, se for necessário, a junta e eu estou mandatado pelos meus colegas a passar aqui um cheque para a compra desse terreno para ajudar dentro das nossas possibilidades, nós estamos dispostos a isso, queremos que a obra avance, eu e todos os meus colegas Presidentes de Junta aqui presentes temos uma verba e o dinheiro é finito, não é infinito, nós temos várias coisas para fazer e temos que tomar opções, eu tenho aqui esta prioridade; se para o executivo há outras prioridades, não me venham com a desculpa que é por causa do terreno.” Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos Luís Figueiral Morujão (PSD): Sugeriu que, relativamente à água na Carvalhosa e uma vez que estavam a construir a conduta, fosse ali feito um desvio, de maneira a resolverem no imediato o problema das pessoas que precisam de água. Disse também o seguinte: “Outra situação que eu já expus aqui muita vez, são os dois troços da estrada da Avicasal/Figueirosa, em que o Sr Presidente da Câmara, não sei se foi na sessão anterior às últimas eleições, está gravado, prometeu aqui solenemente, que era a primeira obra que faria quando fosse reeleito, o Sr. Presidente da Câmara foi lá comigo e disse “Eu nem sei como é que isto está assim”, agora começa-se a desculpar com a questão das prioridades, que eu já gastei não sei quanto em Bordonhos e que já fiz obra que nunca ninguém fez. Sr. Presidente, os Presidentes de Junta estão aqui para pedir obra, eu acho que não estou a pedir muito, nós temos que ser corretos com a nossa palavra, se eu não puder fazer uma coisa, eu não prometo, vou ver se faço, palavra dada é palavra honrada. Eu gostava que pensasse naqueles dois troços e que os contemplasse no próximo orçamento.” Presidente da Junta de Freguesia de Valadares Pedro Dias Vasconcelos Soares (PSD): Usou da palavra para solicitar alguns esclarecimentos ao executivo, começando por dizer o seguinte: “Há alunos da freguesia de Valadares que estão em Santa Cruz da Trapa, outros estão no Pólo que pertence ao Agrupamento de Carvalhais e a Sr^a Vereadora, o executivo e a Sr^a Presidente da mesa como docente desta situação, sabem do investimento no Pólo Escolar de Carvalhais. Cada vez mais as crianças estão confinadas e também com problemas dentro das escolas para gerir; vai vir o inverno e o investimento que já é falado e debatido há muitos anos quer nesse Pólo Escolar, quer em reuniões com os pais, queria saber esse ponto de situação sobre o polo escolar de Carvalhais. Depois queria também que me informasse sobre o ponto de situação da água ao domicílio na localidade de Valadares, que durante este verão foi bastante problemático (e ainda está a ser), constantemente os bombeiros tinham que lá ir para colocar água no depósito e na época dos incêndios não tinham condições nem meios para o fazer; isso tem causado diversos problemas, nomeadamente no Centro Social da freguesia de Valadares nas



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

diversas áreas que têm (o lar, o apoio domiciliário, o funcionamento da cozinha) e isso não pode continuar a acontecer, tem que haver uma solução rápida, isto é um problema que já vem de há muitos anos, já falámos sobre isso, já fomos ver nascentes, já fomos ver outras possibilidades. Acima de tudo, isto tem a ver com o investimento em falta na questão dos nascentes, por isso gostaria de saber de investimentos nessa área, tendo em conta que agora algum investimento tem que ser feito a curto prazo. Depois, em Assembleia de Freguesia foi solicitada intervenção sobre o limite de velocidade em duas situações da freguesia, quer na rua da Quinta, quer em Valadares, quer no caminho agrícola do Covelo; nós solicitámos ao Sr. Presidente da Câmara colocação do limite de velocidade, já foi posto um no extremo da rua da Quinta e no caminho agrícola do Covelo não foi colocado; são duas ruas que fazem corte das pessoas que vêm trabalhar de São João da Serra para Oliveira de Frades, na localidade do Covelo, e em Valadares fazem um corte também para ir para Oliveira de Frades, no fundo de Valadares, para não irem ao Casal de Sejães. Por isso, queria também esclarecimentos sobre esta questão da segurança. A nível de segurança rodoviária, infelizmente, tivemos um acidente trágico na nossa freguesia, também já há bastante tempo tinha solicitado à Câmara Municipal a situação da EN 227, vem aí o inverno, foram colocadas algumas guardas num sítio, e muito bem, mas achamos que há lá intervenções nas guardas que estão em pedra e queria saber se na realidade é para fazer mais algum investimento nessa área e no acesso a Valadares. Para terminar, a Câmara Municipal, e muito bem, está a investir na localidade do Tronco, com o Gamoal e na Ribeira de Vilarinho, e eu queria alertar o Sr. Presidente (já alertei os técnicos que estão a acompanhar a obra) do seguinte: há investimento privado de um emigrante numa daquelas ruas, em Ribeira de Vilarinho, que comprou lá uma quinta, já tem um projeto aprovado na Câmara Municipal, até já levantou o alvará para poder começar o investimento, está a pagar impostos e já entregou a obra a um empreiteiro e falta-lhe cerca de trinta e cinco metros que não estão contemplados nesta obra para chegar até ao limite de propriedade. A mesma situação no fundo da rua do Tronco, já tive conhecimento que o Sr. Presidente também conhece e já lá foi, onde a Câmara vai investir, que fosse feito mais trinta e cinco metros por causa de futuros investimentos, temos ali casas antigas, uma zona fantástica, que por aquilo que está a acontecer na freguesia de Valadares, pelo impacto da barragem de Ribeiradio e do espelho de água, estamos à procura de novos investidores.” Deputado Municipal António Carlos Ferreira Rodrigues de Figueiredo (PSD): Acerca da transição da exploração da água da rede pública das freguesias para os municípios referiu o seguinte: “Em boa verdade, não houve nenhuma transição, porque a exploração das redes de água pública são competência dos municípios, não saiu nenhuma legislação a dizer que a exploração da água pertence às juntas e a partir de determinada data passa para as câmaras, houve apenas uma situação que se prolongou no tempo, em que a Câmara chegou a ter freguesias com meios financeiros superiores à própria autarquia e eu dou o exemplo de Pindelo, que com a infelicidade dos incêndios acabou por ter um rendimento enorme e que fez o seu próprio sistema de água na freguesia. Mas o que é certo é que a responsabilidade pelo abastecimento público da água é dos municípios e aquilo que a ERSAR fez foi dizer: “Meus amigos isto está-se a prolongar às juntas e vocês vejam lá quando é que a Câmara assume a responsabilidade”; para a ERSAR conta essencialmente quem é que se responsabiliza e é evidente que as juntas não se podiam responsabilizar, porque não tinham competências para isso, era sempre a Câmara que se responsabilizava e chegou a uma altura em que eles disseram que o município tem que assumir a exploração da água até 2015. Portanto, o que havia a fazer é



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que a Câmara passava a responsabilizar-se pela exploração e pela distribuição da água em 2015, não havia aqui nada que fosse de exigência da Junta de Freguesia, isto sem embargo de poderem vir pedir alguma indemnização à Câmara por algumas condutas nalgumas freguesias, umas mais outra menos, era a responsabilidade de colocarem as condutas, obviamente que poderiam fazer isso, mas eu na altura sempre fui dizendo aos presidentes de junta que eles exploravam a água, e muito bem, prestavam um grande serviço à sua comunidade, mas também cobraram por isso, utilizaram a via pública que é do município, não pagaram nada por isso. O que é certo é que não havia nenhum compromisso que tivesse que ser assumido, não havia nada a negociar, como o Sr. Presidente da Câmara disse, até 2013 isso estava assim, não fazia sentido que quem viria a fazer a exploração nas freguesias fosse condicionado por algo que não estava na lei, mas era um compromisso que havia, e foi da liberdade deste executivo que em 2015 entendeu que deveria indemnizar ou compensar as Juntas de Freguesia, mas isso foi uma atitude voluntária e muito bem, acho que o fez com todo o sentido de equidade. Agora, costuma-se dizer que “quando a esmola é grande o pobre desconfia”, mas por acaso aqui até eram as freguesias das mais ricas do concelho, se calhar foi por isso que eles não desconfiaram de nada, e aquele protocolo era um protocolo com grande benefício, não para os Presidentes de Junta, porque não é para eles, mas para as freguesias que eles representam; se depois não foi cumprido, essa já é outra questão, não sei se foi cumprido se não foi, porque nunca me sentei à mesa a discutir o assunto com os Srs. Presidentes de Junta e com o Sr. Presidente da Câmara, não foi com uma pistola apontada à cabeça que a Câmara assinou aquele protocolo, foi com alguma pressão política; não podemos estar sempre a remeter para o passado e a desculparmo-nos com o passado; se a Câmara quisesse não o teria feito, mas achou, e muito bem, que o deveria fazer, que deveria compensar, portanto agora se cumpre ou não cumpre, não tem nada a ver com o passado. Em relação ao que disse o Manuel Silva, nós sempre nos demos bem ao longo dos anos e se calhar ele não entende que, às vezes, o ambiente não seja muito cordial entre os deputados, a Câmara, o Sr. Presidente da Câmara, às vezes há excessos e se calhar não era desejável que tal acontecesse, não prestigia, mas é evidente que algumas pessoas são mais nervosas, outras são mais eufóricas. Nós não podemos ser seletivos, eu já ouvi aqui muita coisa de que não gosto nem faz o meu género, não podemos chocarmo-nos muito quando o discurso vem de um sujeito e chocarmo-nos menos quando vem de outro sujeito, bastava seguirmos o exemplo da Sr^a Presidente, da serenidade e como ela tem conduzido, a quem dou os parabéns, porque há pouco o Sr. Américo enervou-se, acontece-nos a todos, tem os seus argumentos, não pretendeu de certeza ser mal-educado com ninguém, apenas é uma maneira de falar e às vezes a pessoa sai fora de si, e eu admiro como é que a Sr^a Presidente conseguiu passar da Intervenção do Público para a Ordem do Dia com toda a serenidade, e a questão sanou-se, tudo serenou, estamos mais calmos e isso é que eu penso que é o mais importante. Só para terminar, às vezes não me agrada quando o Sr. Presidente tapa um buraco e depois diz que teve de o tapar porque foi uma obra mal feita. Já lá vão sete anos, eu sei que nós temos sempre que fazer uma comparação para podermos ser mais valorizados e mais louvados, mas acho que há aqui um bocado de exagero. Também não gostei daquilo que ouvi há bocado, quando o Sr. Américo interpelou o Daniel Martins; seja dentro das normas, seja dentro do regulamento, quem deixa falar ou não é o Sr. Presidente da Assembleia; o Daniel Martins não pode falar em representação da Câmara, mas está aqui, é um cidadão, e se a Sr^a Presidente da Assembleia o quiser deixar falar ele fala, porque ela é que conduz os trabalhos.” Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Em relação às intervenções do público, disse que

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

A S S E M B L E I A M U N I C I P A L

entendia que estas deviam ser feitas, porque democraticamente o público tinha todo o direito de colocar as suas questões, mas não tinha gostado nem tinha tido conhecimento quando o Sr. Américo referiu que numa reunião pública de Câmara chamou a GNR, dizendo ainda o seguinte: “As intervenções que foram feitas pelo público, do meu ponto de vista, devem ser levadas à sede própria e aí o executivo deve responder com frontalidade, com franqueza, com todas as formas possíveis e imaginárias de resolver os problemas às populações que aí vão reivindicar os seus direitos democráticos. Julgo que as intervenções do público nesta Assembleia devem ter um cariz muito mais específico, muito mais cultural, as questões executivas devem ser nas reuniões de Câmara, é aí que elas devem ser resolvidas e só em última instância é que deverão aqui trazer-se à Assembleia, nós na Assembleia não nos podemos sequer pronunciar em termos de votação com as questões que são colocadas, não pode ser posta em votação, mas também as respostas do senhor Presidente da Câmara a todas as intervenções do público foram uma mão cheia de nada, que eu lamento que isso tenho acontecido, ficava bem que houvesse aqui uma mão cheia de muita coisa a responder ao público e às questões do público que aqui trouxeram. A segunda questão tem a ver com a intervenção do meu caríssimo amigo deputado Manuel Silva relativamente a mais comportamentos, menos comportamentos, com mais elevação ou menos elevação, isso toca a vez a todos. Numa intervenção, porque a bancada do Partido Socialista discordou da intervenção e aplaudiu a intervenção do senhor deputado Manuel Silva, certamente que noutras intervenções a nossa bancada do PSD, quando alguém da responsabilidade do executivo dirigiu a um deputado municipal da bancada do PSD e que lhe punha um açaimo, que o que ele merecia era um açaimo, obviamente que nessa altura nós não devemos bater palmas, nessas alturas devemo-nos levantar, mandar com tudo e apresentarmos a nossa discordância, portanto, tem que haver aqui posições equitativas, vamos fazer disto um equilíbrio. Senhor deputado Manuel Silva, isto obviamente que acontece, as opiniões vão divergindo e como tal isto também acontece, isto é manifestar-lhe também que nessas circunstâncias é tão grave aquilo que aconteceu hoje como muito mais grave foi aquilo que aconteceu numa Assembleia anterior. Posto isto, rabisquei aqui uma proposta que gostava de apresentar à Assembleia e que vem um pouco a propósito do trágico acidente do nosso caríssimo e saudoso Eng^o Fernando Albuquerque e que não quero especular absolutamente nada, apenas uma proposta, porque à volta deste acidente de trabalho há aqui muita confusão, muita dúvida, muita especulação e eu julgo que é importante também para que possamos discutir isso no futuro com frontalidade, porque acho que é importante para a comunidade sampedrense, é importante para os grupos parlamentares, para o executivo e para aqueles que gostavam e adoravam esta figura, que foi o Eng^o Albuquerque. Sabemos que a Câmara Municipal tem um gabinete de Higiene e Segurança no Trabalho e que, face a estas circunstâncias que movem e desenvolvem todo um trabalho inerente à comunicação com a entidade ACT - Autoridade para as Condições de Trabalho, certamente isso foi comunicado, é obrigação por lei. Acho que era importante que se apresentasse aqui uma proposta, a qual eu redigi para entregar e é nestes termos: “O trágico acidente de trabalho que vitimou o Eng^o Fernando Albuquerque, ilustre funcionário desta autarquia, acidente esse que tem gerado muitas especulações face à sua ocorrência e para que não fiquem dúvidas na opinião pública e para bem dos seus familiares e entidade patronal, o grupo parlamentar do PSD propõe (e pode ser obviamente subscrita pelo grupo parlamentar do PS): primeiro, que seja apresentado um relatório esclarecedor sobre as circunstâncias em que se verificou esse acidente de trabalho; segundo, para que não restem dúvidas, o relatório solicitado deverá provir de uma entidade

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

A S S E M B L E I A M U N I C I P A L

isenta, a ACT - Autoridade para as Condições de Trabalho; terceiro, propõe-se que o relatório seja enviado ao líder do grupo parlamentar do PSD ou à Assembleia ou à Presidente da mesa, com oito dias de antecedência da próxima Assembleia Municipal.” Deputado Municipal Manuel Mouro Pinto (PS): Fez a seguinte intervenção: “Alguma juventude irreverente arroga-se da sapiência em detrimento dos outros. Alguém hoje aqui reiteradamente denegriu a escolaridade do Presidente da Câmara Municipal e referiu “concluiu o 12º ano à boleia”, que eu me lembro o Sr. Presidente da Câmara sempre teve carro, nunca o vi pedir boleia, e apelidou-o várias vezes de idiota. Esta afirmação é grave e quicá foi proferida por um licenciado, só que por constatação própria, alguns licenciados dos últimos tempos nem uma frase sabem escrever. Já agora, respondendo ao Sr. Engº Ribeiro, aquando do açaimo (e eu estava lá, foi em Santa Cruz da Trapa), o Sr. Vereador pediu imediatamente desculpa. Perante a eloquência do Sr. deputado do PSD só me resta ficar calado.” Deputado Municipal Custódio Pinheiro da Rocha (PS): Usou da palavra para referir que tinha acabado de ouvir palavras que nunca imaginou ouvir numa Assembleia Municipal por alguém que fez menção a Salazar, que nessa altura nem sequer era nascido e que não fazia a mínima ideia o que era, dizendo que corrobora plenamente das palavras dos Srs. Manuel Silva e Manuel Mouro e que toda a bancada PS estaria indignada com as palavras que tinham sido proferidas. Vereadora Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho: Em resposta à questão colocada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Valadares sobre o Pólo Escolar de Carvalhais, referiu que neste momento estavam a solicitar orçamentos para duas soluções possíveis: cobrir o ring de jogos e alargar a zona de coberto que era pequena para as necessidades dos jovens, sendo que provavelmente na próxima semana terão esses orçamentos para poderem avançar com os trabalhos. Presidente da Câmara Municipal: Em resposta às várias intervenções, disse o seguinte: “O Presidente da Câmara tem de ter muita paciência e um grande cabedal para ouvir determinadas asneiras de rapazes com idade para serem meus filhos. Eu quero lembrar que há três anos a palavra de ordem do PSD era respeito e o que eu não tenho visto por alguns membros do PSD é respeito em relação à instituição Câmara Municipal e ao Presidente da Câmara, que deve ter o respeito dos membros desta assembleia. Mas respondendo ao Sr. Vasco Reis, o senhor falou do Facebook, se a página é pessoal ou se é do município, na altura das eleições tive queixas da parte da Comissão Nacional de Eleições por causa da minha página de Facebook e foi bem explicado que a página é pessoal, e na minha página pessoal ponho lá aquilo que eu quero. Quando falou de idiota, aquilo que o senhor disse foi muito baixo e não é digno de um membro de uma Assembleia Municipal e quero-lhe dizer que, e respondendo a um determinado médico, não é por uma pessoa ser Presidente de Câmara que são todos bons, não é por uma pessoa ser funcionário de Finanças ou de um Tribunal que são todos bons, não é por uma pessoa ser médica que sabe tudo. O que estava em causa era a defesa das Termas e nós devemos proteger as Termas, devemos fazer com que as pessoas venham às Termas; hoje em dia o Covid é uma doença que está aí a nível mundial e nunca vi ninguém fazer um estudo sobre isso, quem é que nos diz que se alguém fizesse um estudo sobre isso que isso podia ser a causa dos nossos males, tanto pode fazer bem como pode fazer mal, não há nada que diga o contrário. Falando sobre a questão do skate parque, certamente o Sr. Deputado Municipal não deve estar em São Pedro do Sul, porque não sabe se as placas ainda lá estão ou não, não sabe se a placa foi tirada ao fim de oito dias, quinze dias, se foi no dia seguinte ou se foi no mesmo dia, limita-se a falar de uma coisa que leu. Pois eu digo-lhe que essa placa foi tirada no dia seguinte, porque não estava bem. Eu gostava que o senhor viesse aqui dizer que

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

A S S E M B L E I A M U N I C I P A L

São Pedro do Sul, a nível de região centro, foi dos concelhos que mais dinheiro levou de fundos comunitários para efeitos de educação, assim como Viseu. Eu gostava que o senhor viesse aqui dizer que São Pedro do Sul foi dos únicos quatro concelhos a nível nacional que levou mais de um milhão de euros do fundo ambiental para a construção de uma represa. Eu gostava que o senhor viesse aqui dizer que São Pedro do Sul, tal como mais dois ou três municípios deste país, foram dos concelhos que levou um milhão de euros para geotermia. Eu gostava que o senhor viesse aqui dizer que São Pedro do Sul, para efeitos de obras de pacto, levou mais de três milhões, mais do que os outros concelhos da região CIM. Eu gostava que o senhor viesse aqui dizer que São Pedro do Sul é o concelho da região CIM, e das melhores a nível nacional, com melhor taxa de execução de obras de fundos comunitários. Eu gostava que o senhor viesse aqui dizer que estamos a fazer grandes investimentos na área do saneamento e na área das águas. Eu gostava que o senhor dissesse que o PSD esteve na Câmara tantos anos e o que é que fez sobre parques industriais? Construiu algum Parque Industrial? Ou apanhou outros que já vinham à boleia, com uma série de problemas, que nem sequer um sistema de ETAR tinha em todo o Parque Industrial? Nós estamos a acabar neste momento um Parque Industrial, com participação de um milhão de euros. O senhor esquece-se de dizer que construímos o Parque da Cidade em que recebemos um vírgula quatro milhões de euros de fundos comunitários. O senhor esquece-se de dizer que estamos neste momento a construir um Mercado Municipal que já era falado há muito tempo e que agora está a ser feito. O senhor esquece-se de dizer que estamos a requalificar as piscinas e o Pavilhão Municipal, que estava deteriorado há muitos anos e agora estamos a fazê-lo, tudo com participações. O senhor esquece-se de dizer que, brevemente, estamos para avançar com a construção de uma Central de Camionagem, que está falada há muitos anos. O senhor esquece-se de dizer que temos projetos aprovados para eficiência energética. O senhor esquece-se de dizer que vamos renovar o Canil Municipal, que em boa hora foi feito. O senhor esquece-se de dizer que temos uma candidatura aprovada para um parque de autocaravanas. Com obras de mais de quinze milhões de euros de fundos comunitários e vem-me aqui falar de uma placa que estava mal feita. E estamos a fazer estas obras todas e nunca a dívida da Câmara Municipal esteve tão baixa como está neste momento. Agora ficou-lhe muito mal e sobre isso não me vou pronunciar mais, e se quer saber as minhas habilitações literárias, pergunte aos seus pais, que são da minha idade, se realmente foi à boleia de alguma coisa. Eu não tenho o 12º ano, tenho o 2º ano do curso complementar, que muito me orgulha, tirado à minha custa, escusa de vir aqui falar em boleias, porque não houve boleia de ninguém e posso mostrar-lhe os diplomas com as notas que tinha em cada disciplina; na altura havia a disciplina de introdução à política à qual eu dispensei e na mesma altura em que fiz esse curso também fui presidente da associação de estudantes e fui representante da associação de estudantes junto do Conselho Diretivo e consegui fazer tudo ao mesmo tempo. De forma que o senhor a mim não me vai ensinar nada. No que diz respeito ao Sr. Presidente da Junta de Sul, é verdade que infelizmente ainda há freguesias que não têm água, mas já não têm água há muitos anos; estamos a recuperar e tomáramos nós recuperar tudo, mas é financeiramente impossível. Relativamente à estrada dos Pesos, que ficou mais barata que o previsto, é verdade, mas esqueceu-se de dizer que andaram lá as nossas máquinas meses a trabalhar, para que a obra pudesse ficar mais barata. Ainda há algumas obras que estão por fazer e temos que cumprir aquilo que combinámos, mas as mais difíceis e as mais caras estão feitas, as que faltam são praticamente todas pequenas. Mas há obras que não estão neste protocolo que são muito mais

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

A S S E M B L E I A M U N I C I P A L

importantes do que aquelas que aqui estavam, como por exemplo no saneamento de Sul e a reconversão do saneamento de Oliveira, com mais algumas casas que vão ficar ligadas. Quando foi feito este protocolo, foi uma forma das pessoas estarem sossegadas nestas aldeias, eu percebo e não estou contra, mas também tem que reconhecer que mais importante que algumas dessas pequenas obras é a rede de saneamento no rio Sul, porque vocês sabem que as captações da água para abastecer a cidade vêm do rio Sul e eu não posso ter a água poluída no rio Sul, nós queremos despoluir completamente os rios. Também há situações que não foram contempladas e o senhor sabe disso: por exemplo a aldeia de Macieira tem três ou quatro diâmetros de tubagens de água, todos diferentes, está sempre tudo a rebentar, e quando nós formos mexer em Macieira, temos que alterar todo o sistema de água, de forma que os valores que aqui estão não serão, nem de perto nem de longe, os valores que constam no protocolo que fizemos. Em relação ao que disse o Sr. Presidente da Junta de São Félix sobre a questão do Entroncamento e nas lojas que estão abertas, eu fui o primeiro a dizer aqui que concordo absolutamente com isso, mas as explicações estão dadas, eu não vou meter água nas lojas de São Félix para as lojas da Cobertinha ficarem sem água, toda a gente entende isso; primeiro temos que resolver o problema da Cobertinha e de Vila Maior, com novas captações e novos reservatórios para depois, tendo água, irmos abastecer São Félix. Eu não vou prejudicar uma freguesia que neste momento já tem dificuldades, principalmente no verão, para ir resolver o problema de outra freguesia que ficaria sempre beneficiada, dado que fica num patamar inferior a nível de quota orográfica. A questão da travessia ser difícil e de passar em estradas nacionais, quando se fizer o processo para o Entroncamento e para São Félix, também terá que ser feito conjuntamente para Vila Maior, para a Cobertinha e para a Ladreda. A Junta de Freguesia tem que resolver o problema do terreno, todas as outras Juntas de Freguesia ajudaram a resolver o problema, ou seja, eu não preciso que a junta de freguesia pague o terreno, eu preciso é que me arranje um terreno e o senhor sabe qual é a zona que é pretendida, porque os nossos técnicos entendem que é aquela zona; o senhor tem que fazer como todos os outros presidentes fizeram: ajudar a desbloquear a questão do terreno. Se me diz (e essa situação eu não acompanhei) que já foi visto um terreno e que não concordaram com o preço, é claro que nós não vamos pagar um terreno em Sacados ao mesmo preço de um terreno em São Félix e São Pedro do Sul, é preciso haver um certo cuidado no que diz respeito a isso. Relativamente à questão da expropriação do terreno, se chegarmos a essa conclusão também se expropria sem problemas nenhuns, se não houver ninguém que se chegue à frente, provavelmente teremos que partir para uma situação dessas e não preciso da ajuda do senhor Presidente, eu próprio avanço com a expropriação, não tenho medo de ficar com esse ónus em cima de mim, aliás, também já fizemos duas ou três. Sobre o que disse o senhor Presidente da Junta de Bordonhos, primeiro, o senhor não tem na testa a dizer que é do PSD e nós não tentamos beneficiar umas juntas em detrimento de outras e o senhor sabe disso, prova disso é que já temos entregue a um empreiteiro o alcatroamento da estrada que vai de Bordonhos até Carvalhais, que grande parte passa na sua freguesia. A Junta de Freguesia de Bordonhos é PSD, a Junta de Carvalhais é PSD, são estradas que beneficiam as vossas freguesias e também as que estão a montante. Também lhe quero dar uma informação em primeira mão: provavelmente hoje ou amanhã, eu e o Engº Nuno vamos a Bordonhos fazermos as medições para se alcatroar a estrada que vai desde a EN 227 até à igreja; não é a estrada que o senhor pretendia mas é a que temos no Plano de Atividades, a estrada de Figueirosa não está no Plano de Atividades para este ano e, como tal, não pode ser feita, mas pode ficar aqui o



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

compromisso do Presidente da Câmara: é colocarmos a obra de Figueirosa-Avicasal no Orçamento para o próximo ano. Sobre as guardas na EN 227 e o acesso a Valadares é uma das obras que estava prevista para este ano, também provavelmente hoje ou amanhã eu e o Eng^o Nuno vamos ver a estrada que vai de Valadares para Paradela para ver se ainda a conseguimos lançar este ano. No que diz respeito à Ribeira de Vilarinho, eu já conheço a situação que o senhor Presidente da Junta de Valadares falou mas, lamento dizer-lhe, não é para fazer, as obras são entregues a empreiteiros com determinados montantes e de uma determinada área de alcatroamento e se nós andamos sempre a dizer aos empreiteiros para alcatroar mais, chegamos a um ponto em que não conseguimos controlar as contas e penso que, legalmente, nem podemos fazer isso. A questão de estar a pagar impostos, é assim, toda a gente paga impostos, se nós formos ver a questão das pessoas pagarem impostos, toda a gente tinha que ter tudo e a verdade é que muitas das pessoas não têm essas coisas todas. Nós ainda temos pessoas nalgumas freguesias a morar há anos que ainda não têm as estradas pavimentadas para as suas casas e aquilo que o senhor presidente estava a propor era que se alcatroasse para uma casa que ainda vai estar em obras e para outras duas ou três noutra sítio que ainda poderão um dia vir a ter obras. Nós alcatroamos a estrada onde há gente, se mais tarde essas casas vierem a ser habitadas, nessa altura vamos ver, nem que seja com calçada ou alcatrão. Relativamente ao que disse o senhor deputado António Carlos Figueiredo, queria-lhe dizer o seguinte: saiu uma lei ou portaria de 2010, que dizia que no prazo de cinco anos todas as águas tinham que estar na posse e ser exploradas pela Câmara Municipal. Acontece que, e o senhor sabe disso, São Pedro do Sul era o único concelho, em todo o distrito de Viseu e dos poucos a nível nacional, que tinha águas exploradas por Juntas de Freguesias, e a ERSAR obrigava-nos a resolver essa situação, penso que até ao dia 1 de janeiro de 2015, de forma que nós tivemos que aceitar um pouco a pressão aquilo que aqueles presidentes de junta nos puseram, sob pena de nós virmos a ter problemas com a ERSAR. Relativamente ao que disse o deputado Lopes Ribeiro, sobre dar apoio a um senhor por chamar a GNR, queria dizer-lhe o seguinte: quando alguém perturba uma reunião, seja ela do executivo, seja ela da Assembleia Municipal, quem está a dirigir os trabalhos tem todo o direito de fazer aquilo que bem entende para que esses trabalhos não sejam perturbados, nem que em última instância se chame a GNR, isso faz parte da democracia, porque as reuniões têm que ter uma ordem, isto não pode ser feito de qualquer maneira. E também a questão dos senhores vereadores falarem na sessão de uma Assembleia Municipal, é verdade, um vereador, seja ele qual for, só fala numa sessão desde que o Presidente da Câmara o autorize a falar. Disse também em relação às pessoas que aqui vieram que tinha sido uma “mão cheia de nada”, é a sua opinião, é aquilo que realmente é possível fazer-se. Também não deve ter sido muito correto o senhor vir aqui falar de que havia especulações sobre o acidente que ocorreu e que vitimou o nosso engenheiro, foi de muito mau tom vir aqui falar nisso; a obra está a ser fiscalizada pelo ACT, teve a presença da GNR, os peritos dos seguros estão a acompanhar tudo isso e acho que não serão assuntos para se debater aqui de ânimo leve na frente de toda a gente, quando há entidades oficiais que estão a controlar esse assunto.” Vereador Nuno Filipe Miranda Henriques de Almeida: Relativamente à intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Valadares, disse o seguinte: “A situação levantada pelo Pedro Soares de facto é verdade e tem sido uma dificuldade que temos tido em todos estes verões. A falta da água é uma realidade e com os verões que temos tido e com estas alterações climáticas que vamos sentindo, tem-se agravado ano após ano. A verdade é que temos problemas bastante graves em algumas freguesias e em



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

alguns lugares, nomeadamente em Valadares que é uma situação que já está identificada há bastante tempo. Nós, numa primeira fase, fizemos contactos e visitámos alguns sítios para melhorar as captações, mas não é uma situação fácil. À data de hoje, já contactámos novamente os proprietários numa situação que vimos há uns meses, temos uma reunião agendada para o final de um dia em função da disponibilidade desse proprietário, para tentarmos resolver e melhorar a situação. No entanto, o que é importante referir, e aproveito esta oportunidade também para passar essa mensagem, é o seguinte: nós normalmente quando temos este tipo de problemas, e este ano felizmente grande parte dos problemas que tivemos foram de origem de falhas mecânicas e de roturas, não foram por falta de água, há obviamente um dispositivo articulado com a proteção civil e com os bombeiros, em que é disponibilizado um conjunto de meios para fazer face às necessidades dessas populações e em função do que nós consumimos, do que nós faturamos e dos dados que temos, são colocados nos terrenos os meios necessários para suprimir essas necessidades, e já tivemos um caso muito semelhante há cerca de dois anos em Rio de Mel, em Pindelo dos Milagres, que também levantou uma série de problemas. Neste momento, a questão que se coloca é em Valadares e Paradela; nós temos um consumo médio que não chega a sete metros cúbicos/dia, a contribuição da nascente é muito pequena e nós disponibilizámos meios em função da necessidade da população, e dado que estávamos num período de incêndios, sabíamos que também era difícil garantir diariamente esse abastecimento, foi articulado com os bombeiros um abastecimento de cerca de dezoito metros cúbicos/dia no mínimo, portanto, houve dias que foram mais de dezoito metros cúbicos, sem contar com o contributo da nascente estamos a falar de quase três vezes a necessidade diária daquela população. A verdade é que esses dezoito metros cúbicos muitas das vezes desapareciam em meio-dia, em oito, dez, doze horas e quando se detetou essa falha, não estávamos a conseguir suprimir e, neste momento, temos equipas no terreno e estamos a fazer cortes programados praticamente todos os dias em várias zonas de Valadares e Paradela, para conseguir detetar efetivamente o que é que se passa, que à partida deverá haver uma fuga grande, não detetável por ninguém, que nos consome, por exemplo, o depósito de Paradela de dez metros cúbicos que, em condições normais, tem um consumo que dá para praticamente um mês e o consumo no mês passado foram de cento e vinte metros cúbicos. Para terem uma ideia, cento e vinte metros cúbicos dá para Paradela um ano, com dados das necessidades da população que tem rede de abastecimento pública e no mês de agosto consumiu o equivalente a um ano, portanto, são essas dificuldades que agravam o problema que temos em Valadares. Temos falado em reuniões de câmara com o vereador José Manuel, ele também tem alertado sobre essa situação, está identificado o problema, as soluções não são fáceis, temos identificado a questão das Matosas, do depósito para rede de abastecimento e melhorar a rede de abastecimento para evitar essas fugas, é uma situação que esperamos resolver durante este ano para que no próximo verão consigamos ter um melhor abastecimento de água. Tem que haver esse cuidado e também essa preocupação de todos quanto às roturas e às eventuais fugas de água para que elas sejam participadas e comunicadas atempadamente, porque é impossível nós estarmos a abastecer uma rede que tem uma necessidade de sete metros cúbicos que consome trinta, quarenta, cinquenta por dia, portanto é uma situação que vamos acompanhar seguramente.” 1ª Secretária Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS): Relativamente à proposta sobre o acidente deixada pelo deputado António Lopes Ribeiro, referiu que se deve ter alguma precaução neste tipo de assuntos, uma vez que as entidades externas estão a tratar do mesmo, não cabendo à Assembleia



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal tomar, no momento, qualquer decisão ou pronunciar-se sobre ele, sob pena de estarem a querer interferir numa área que não é sua, mas que fica o compromisso da Câmara Municipal informar a Assembleia Municipal quando tiver algum resultado desse acidente. Deputado Municipal Vasco Manuel Simões Reis (PSD): Em defesa da honra, disse o seguinte: “O senhor deputado Luís Rocha pôs em causa o meu conhecimento sobre a época do Estado Novo, de mil novecentos e trinta a mil novecentos e setenta e quatro. Tive quatro cadeiras em que a nota mais baixa que tive foi catorze. Para tentar que o senhor entenda, um astrónomo pode falar sobre a lua sem lá ter pisado os pés e o senhor está a fazer um erro que é o mesmo erro que o senhor Presidente da Câmara fez: está a confundir conhecimento empírico com conhecimento científico.” -----

A 1ª Secretária da Assembleia Municipal deu, então, início à análise e discussão dos assuntos da **Ordem do dia:** -----

3.1 - INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:-----

Foi presente a informação referida em epígrafe e não se tendo verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal passou à análise do ponto seguinte da Ordem do Dia.-----

3.2 ANÁLISE ORÇAMENTAL/FINANCEIRA DA TERMALISTUR, REFERENTE AO 2.º SEMESTRE DE 2020:-----

Deputado Municipal Manuel de Sousa e Silva (PS): Solicitou que fosse dado o panorama da empresa, face à situação atual da pandemia que estava a provocar uma grave crise económica nas empresas e instituições. Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Disse que na última sessão da Assembleia Municipal mostrou a sua preocupação quanto à situação em que se encontravam muitos dos funcionários da Termalístur, uma vez que, por sermos um território de interior, não havia muitas escolhas em termos de trabalho, pelo que gostaria que ficasse registada novamente a sua preocupação, solicitando que fosse dado conhecimento do plano de recuperação e do trabalho que estava a ser feito para contrariar estes resultados. Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Referiu que na última sessão da Assembleia Municipal já tinha referido a situação complicada e sensível que têm não só com a atividade da Termalístur, mas com toda a economia local, porque acaba por ter consequências não só para as Termas, mas para todo o concelho, disse o seguinte: “Para que tenham uma noção mais real, em 2019 tínhamos um total de faturação à data de 28 de setembro de três milhões trezentos e setenta e sete e este ano, à mesma data, temos de um milhão e oitenta e oito mil euros, há uma quebra acumulada de 70%, quer em termos de faturação, quer em termos de número de termalistas. Apesar de tudo e depois da nossa última assembleia em julho, o esforço que foi feito quer pela Câmara quer pela Termalístur de passarmos uma mensagem de que estávamos bem, respeitámos todas as regras de segurança e que as pessoas podiam vir, teve efeito e estes dados não são piores, porque os meses de agosto e setembro foram melhores do que aqueles primeiros pós Covid, sobretudo abril e maio. Ainda assim, com esta hipotética segunda vaga de Covid, nota-se já aqui muito receio das pessoas virem ou algumas desmarcações; sentimos também por parte até dos próprios médicos de família, uma coisa que não faz sentido, que é muitas vezes aconselharem as pessoas a terem cuidado e não virem. Portanto, pese embora nós estarmos a tentar fazer esta sensibilização junto de todos e apesar dos



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

últimos dois meses a situação ter sido melhor, o grande receio é agora dos meses de inverno, sobretudo se partirmos para uma segunda vaga. No que toca ao pessoal e reportando sempre para dados de setembro, em 2019 tínhamos 208 funcionários e nesta altura temos 124, sendo que desses, 21 estão em lay-off total e 16 em lay-off parcial, portanto há aqui um desafio enorme. Há pessoas que não são do quadro da Termalitur e que fazem o período sazonal, de seis meses ou menos, e que normalmente depois preferem ir para casa e têm direito ao subsídio de desemprego. Este ano acabaram por ter que ficar em casa e há-de chegar o momento em que o subsídio de desemprego lhes vai acabar e nós já estamos a trabalhar com o Centro de Emprego para criar ali situações na área da formação para que eles possam continuar a receber, não o subsídio de desemprego na íntegra, mas alguns valores que de certa forma os compense. Também já trabalhámos e conseguimos moratórias nos vários empréstimos que a Termalitur tem, sobretudo no empréstimo das obras do balneário, que são públicas e que foram disponibilizadas para todo o tipo de empresas. Mas depois há um problema grave na Termalitur: a Termalitur, por ser uma empresa municipal, em algumas situações não pode ir à banca ou aos apoios que estão a ser dados às empresas; por outro lado a Câmara Municipal também não pode ajudar porque não pode lá colocar valores e neste momento estamos a sensibilizar todos os partidos políticos para esta situação e desafio também o PSD a ajudar-nos nesta matéria para que, prevendo uma situação que seja pior para estes meses de inverno, haja aqui uma possibilidade, ou em termos de garantia ou de outra forma qualquer, independentemente das questões políticas e das divergências que possam haver da forma como estamos a conduzir ou podemos conduzir a atividade termal ou outras. Já foi aqui hoje muito falado da questão das redes sociais e, mais do que nunca, se não forem as pessoas de São Pedro do Sul a passarem uma mensagem positiva e uma imagem positiva, não são as pessoas de fora que vêm para cá por livre e espontânea vontade. É um dever de todos nós ajudarmos e todos vocês podem ajudar a partilhar as coisas da Termalitur, a promover o concelho; todos temos obrigação, mais do que nunca, a trazer pessoas para as nossas termas e, acima de tudo, passar essa imagem positiva porque mais do que qualquer campanha que possamos fazer e que estamos a fazer, se nós não transmitirmos uma imagem de confiança as pessoas não vêm. Isso é que é o grande desafio, não só para nós, mas para todos, é um desafio de todas as pessoas de São Pedro do Sul.” Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal passou à análise do ponto seguinte da Ordem do Dia. -----

3.3 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "REFORÇO DO APOIO FINANCEIRO ÀS OBRAS DE IMPERMEABILIZAÇÃO DA CHARCA DA CÁRCODA, APRESENTADO PELA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CARVALHAIS E CANDAL":-----

Presidente da Câmara Municipal: Explicou que havia necessidade de se fazer a vedação da superfície da charca, que não tinha sido contemplada aquando do pedido de apoio inicial à Câmara Municipal, para evitar que qualquer pessoa ou animal pudesse ali cair, que pudesse acarretar algum perigo para quem por ali passasse. Não se tendo verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

3.4 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE COLABORAÇÃO COM O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, PARA A INTERVENÇÃO DE REQUALIFICAÇÃO PARA REMOÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO COM AMIANTO NA ESCOLA BÁSICA DE SANTA CRUZ DA TRAPA": -----

Não se tendo verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

3.5 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM PARA 2021": -----

Não se tendo verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

3.6 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "REFORÇO DO APOIO PARA A REQUALIFICAÇÃO DO CAMPO DE FUTEBOL MARQUES VELOSO, APRESENTADO PELA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CARVALHAIS E CANDAL": -----

Deputado Municipal Vasco Manuel Simões Reis (PSD): Sobre este assunto disse o seguinte: “Foram pedidos trinta e nove mil euros acrescidos aos duzentos mil euros que a Câmara já tinha dado e aos trinta mil euros que tinham sido dados pelo IPDJ. Com estes valores dá um total, se as contas não me falham, de duzentos e sessenta e nove mil euros para meter um sintético para que o Carvalhais pudesse jogar na divisão em que neste momento joga. Vila Maior, neste momento, está a treinar no estádio municipal porque irá ser construído o seu estádio, estamos a falar em mais duzentos e sessenta e nove mil euros. Para quem não sabe, os pisos sintéticos têm prazo de validade e se falarmos, por exemplo, no nosso Pavilhão Municipal que é da vossa responsabilidade, esse sintético está fora do prazo desde 2018, qualquer companhia de seguros que queira não pagar uma lesão a um jogador, facilmente que com um bom advogado resolve isso. Isto para dizer que tem ali mais duzentos e sessenta e nove mil euros para gastar e eu pergunto se a autarquia tem capacidade financeira para isto.” Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Relativamente a este ponto, referiu o seguinte: “Eu com certeza considero uma mais-valia o investimento que seja feito nos equipamentos desportivos do concelho, fico até muito feliz de haver este investimento, quer dizer que ainda temos jovens a jogar e isso é sempre uma preocupação minha nas minhas intervenções. Tenho um filho que joga futebol e acompanho-o dentro das minhas possibilidades, e tive também conhecimento de que ao longo do último ano, o campo de jogos da Pedreira demonstrou várias vezes, nomeadamente quando chove, que não tinha condições para a prática desportiva, foram inclusivamente interrompidos jogos com outros clubes que recebemos. Também é frequente ouvir-se os clubes que têm camadas mais jovens e que praticam desporto, alertarem as famílias precisamente para esse risco e para essa situação. Tenho conhecimento que já fizeram chegar essa preocupação ao executivo municipal. A minha questão aqui, nada contra, pelo contrário, o investimento, é no fundo fazer o papel de alertar para o facto de nós precisarmos com urgência



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dessa obra também no Estádio da Pedreira e aproveitava também para vos dar nota de que a intervenção não deveria ser só no piso, mas deveria ser também nos arranjos exteriores. Não se compreende que, depois de tantos anos de construção do estádio, o espaço exterior não tenha piso, não há estacionamento marcados e isso tem levado inclusivamente a haver alguns problemas de gestão desse espaço. Isto é sobejamente conhecido porque toda a gente que conhece o Estádio da Pedreira sabe que estes problemas se têm vindo a arrastar. O espaço exterior é visível, agora interromperem-se jogos porque não temos, no nosso concelho, um sintético que possa ter condições para receber outros clubes fica-nos mal, fica mal aos sampedrenses. Por isso pedia aqui que ficasse registada esta nota para que, tão breve quanto possível, se possa fazer ali um investimento estruturado para dignificar o nosso concelho, os nossos clubes e os nossos jovens.” Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal José Carlos Moreira de Almeida (PSD): Usou da palavra para dizer o seguinte: “Até parece que vai tudo para Carvalhais; aquilo que é pedido para Carvalhais, tenho muita honra e orgulho de o ter pedido, é para benefício não só de Carvalhais mas de todo o concelho. A Charca da Cárcoda é um investimento que permite e abastece, em caso de incêndio, todo o território de São Pedro do Sul e eventualmente até de outros concelhos limítrofes, pela capacidade que tem e pela forma como os meios aéreos podem dirigir-se àquela infraestrutura; o campo de futebol Marques Veloso é um campo de futebol que é concelhio, ou seja, este investimento da Câmara Municipal, o investimento também que a Junta de Freguesia está a fazer, o investimento que o estado está a fazer, é uma infraestrutura municipal e não pode ser visto de outra maneira. Por isso da mesma forma que eu trouxe o meu filho para jogar no Campo da Pedreira, também a Eng^a Mónica pode levar o seu filho a jogar no campo Marques Veloso, e penso que todos os outros clubes têm ali uma casa para os receber.” Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Em resposta disse e seguinte: “Em primeiro lugar o que está aqui em causa é que nós quando fazemos as obras gostamos de fazê-las bem e é preferível às vezes gastarmos mais alguma coisa e elas ficarem bem feitas, porque deixamos de ter um campo e passamos a ter um estádio. Estas alterações têm a ver com algumas situações que foram identificadas, sobretudo aquando da vistoria da Associação de Futebol de Viseu e até por causa do Covid, que acharam por bem que deviam ser melhoradas e que tem a ver, por exemplo, com o facto de sendo relva sintética a iluminação que existia já não fazia qualquer sentido e teve que ser toda mudada, teve que ser criada uma porta de saída para a bancada e outra para a entrada, corrimões para as bancadas, bilheteiras, uma série de situações, deixou de ser um campo e passou a ser um estádio, o que faz toda a diferença e daí este acréscimo de valores. Senhor deputado Vasco Reis, acho que foi um bocado injusto, mais uma vez, naquilo que disse, porque não é por o Carvalhais ter subido de divisão que é obrigatório jogar em campo de relva sintética, pelo menos ao fim do segundo ano, mas, como disse o senhor Presidente da Junta e bem, isto passou a ser um estádio de todo o concelho, por isso é que nós protocolamos com a Junta de Freguesia e não com o clube, porque o clube pode acabar daqui a uns anos, e espero que não, e o estádio fica com a Junta de Freguesia. O Santacruzense a partir desta semana, pelo menos uma vez por semana, já vai treinar no campo de Carvalhais; a Associação de Educação Física também já está a treinar no campo de Carvalhais, e isso para mim é que é um ponto fundamental e de honra, porque o Carvalhais passou a ter camadas jovens e este é que é o nosso grande fundamento e o fundamento de estarmos na Câmara Municipal, enquanto houver crianças nas freguesias podemos melhorar as condições para as crianças de Carvalhais, Santa Cruz, Valadares e



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Manhouce, que se calhar para São Pedro do Sul não podiam vir, porque os pais não os podiam vir buscar à noite ao fim dos treinos e estando em Carvalhais é mais fácil. Portanto, não é a questão de subir de divisão ou não, fundamentalmente e para nós acho que já valeu o investimento só pelo facto de as crianças já poderem treinar e jogar em Carvalhais, e esperemos que possam jogar, porque não sei se vai haver campeonato por causa do Covid. E mais, acho que era dos poucos pontos convergentes que tínhamos, é que quer o PSD quer o PS tinham estes três relvados no seu programa eleitoral, portanto não sei qual é a dúvida. Relativamente ao Estádio da Pedreira, é verdade que está em más condições, não é verdade que é de há um ano a esta parte, se o fosse não era mau, ele tem estado a ser degradado há muitos anos e há ali uma questão estrutural: por baixo do relvado é alcatrão e sendo alcatrão cria grandes problemas de saúde a alguns jogadores. Se forem ver agora o de Carvalhais ou o de Vila Maior ou outros que são mais recentes, a estrutura por baixo da relva sintética não é alcatrão. Isto não é uma crítica, é uma constatação, na altura era assim que eram feitos e a técnica foi evoluindo e, se calhar, é mais barata. Nós temos estado, e já temos orçamentos para isso, com várias empresas a fazer um levantamento que nos dizem que a questão não é só mudar o relvado, senão já o tínhamos mudado, tem que ser arrancado todo aquele alcatrão e ser regularizado todo aquele piso, o grande custo vai estar na parte do alcatrão e isso é que vai abaulando em alguns sítios. Agora podem ficar descansados que os jogos foram interrompidos não tanto pela questão de o relvado não ter condições, mas acima de tudo porque se for em dias de chuva torrencial os campos não estavam com as condições para a prática de futebol. Todos estes relvados são em todas as épocas licenciados pela Associação de Futebol de Viseu, não queiramos nós ser aqui técnicos acima dos técnicos da Associação de Futebol que licenciaram o campo para a prática e para os jogos oficiais. Nós, assim que tivermos um levantamento exaustivo e da melhor forma como o vamos fazer, iremos intervir. Aliás, nós já intervimos agora no início da época, se repararem ele foi penteado, foi arranjado na zona das balizas, porque a relva estava quase a desaparecer, gastámos lá dois mil e tal euros, e não tenho formalmente nenhum pedido ou nenhuma reclamação, nem de pais nem de clubes que lá estão. Também é verdade que, nos últimos anos, o grande problema do Estádio da Pedreira tem a ver com o facto de, e por isso é que estamos a trabalhar com Carvalhais, Vila Maior e Santa Cruz, haver muito congestionamento, e bem, de crianças ali a jogar; nós temos ali a treinar, por semana, quatro ou cinco clubes com várias camadas de jovens e seniores e isso também foi criando ao longo dos anos um desgaste enorme naquele campo, o que é natural. Não podemos estar agora aqui a dizer que o estádio está mal; está mal porque, de facto, é o desgaste que tem e precisa de intervenção, mas é uma intervenção de fundo porque tem este problema do alcatrão. A parte exterior, é verdade que não foi contemplada no projeto inicial e eu relembro que nós, quando chegámos, os balneários não estavam a funcionar, estavam em contentores, não tinha portão, fomos fazendo esses investimentos; a parte exterior ainda está por fazer, porque neste momento estamos a fazer um plano de pormenor em toda aquela área, enquanto não estiver feito não faz sentido estarmos a intervir de forma desgarrada para daqui a uns anos andarmos a alterar; quando o plano de pormenor estiver feito e aprovado também iremos intervir nessa zona. É um facto que os lugares de estacionamento não estão marcados, nota-se ali muitas das vezes falta de algum bom senso, porque há muito espaço para estacionar e muitas das vezes os próprios pais tentam ir buscar os filhos quase à porta.” Deputado Municipal Vasco Manuel Simões Reis (PSD): Perguntou se a autarquia tinha capacidade financeira para resolver a curto prazo estas questões e uma vez que ia



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

haver uma vistoria ao campo por parte da Associação de Futebol de Viseu, solicitou que fosse mostrado o projeto do Estádio Municipal da Pedreira, onde constava que o campo estava fora de prazo desde 2018. Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Recordou que já tinha sido adjudicada a obra da Escola Secundária, em que o campo iria ter relva artificial e que o objetivo era que todas as camadas jovens que estão na Pedreira, sobretudo os mais pequenos, passassem a treinar ali, assim atenuando e resolvendo o problema que as crianças ali tinham. Referiu ainda que, neste momento, a dívida da Câmara Municipal era apenas de cinco milhões de euros e que iriam intervir no Estádio Municipal da Pedreira no próximo ano ou quando houvesse, do ponto de vista técnico, uma decisão de qual seria a melhor forma de o fazerem. Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

3.7 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "2ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2020": -----

Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Fez o seguinte esclarecimento: “Isto foi uma necessidade que nós tivemos por duas razões: devido a uma pessoa que se reformou e paralelamente nós, como sabem, no início do ano abrimos um procedimento concursal para motoristas de pesados, e como tínhamos a vaga deste motorista de ligeiros e para não termos que abrir novo procedimento e usar a reserva de recrutamento, trouxemos à assembleia para anular a vaga de ligeiros e transformá-la em motorista de pesados e, portanto, em termos de saldo, não é mais nenhuma pessoa, o número do quadro de pessoal mantém-se e assim podemos usar o procedimento concursal que está a decorrer. Por outro lado, com a questão do Covid, a necessidade de motoristas para este ano letivo para as nossas carrinhas, com as limitações dos dois terços, passou a ser muito maior.” Não se tendo verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título. -

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

3.8 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "ALTERAÇÃO AO ACORDO DE MUTAÇÃO DOMINIAL DO TROÇO DA EN16 ENTRE KM 69,920 DA VARIANTE E O KM 70,350":-----

Presidente da Câmara Municipal: Informou que esta alteração se deveu ao facto de, aquando do envio do acordo, entre a Estradas de Portugal e a Câmara Municipal, pelo IP ao regulador IMT, este identificou um erro numa designação que constava no mesmo, pelo que teve que ser enviado de novo à Estradas de Portugal, para a devida correção e aprovação.

Não se tendo verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

3.9 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO PARA AS FREGUESIAS": -----

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

A S S E M B L E I A M U N I C I P A L

Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Esclareceu que as competências e os valores associados acordados com as freguesias eram os mesmos que vinham do ano passado, se mantinham inalterados, mas que no ano passado, no acordo firmado entre as freguesias e a câmara, dizia expressamente que era para o ano 2020 e agora têm que consagrar também que será para 2021, comunicando aos Presidentes das Juntas de Freguesia que, por precaução e salvaguarda, as assembleias de freguesia deveriam também fazer o mesmo, dizer que era para o ano 2021 e seguintes. Não se tendo verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

3.10 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "CELEBRAÇÃO DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS RELATIVAS AO PROCEDIMENTO DE REPRESENTAÇÃO GRÁFICA GEORREFERENCIADA, COM A CIM - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL VISEU DÃO LAFÕES": -----

Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Sobre este ponto, informou o seguinte: “Abriram candidaturas para uma situação, que até já foi falado aqui em várias assembleias, para a questão do cadastro e no âmbito da Comunidade Intermunicipal, houve um acordo de todos os municípios da nossa CIM, dos catorze municípios, em que seja a CIM a fazer a candidatura para a elaboração do cadastro dos prédios rústicos e, no fundo, aquilo que estamos a fazer é delegar na Comunidade Intermunicipal para que venha a fazer a candidatura, venha a ser aprovada e depois se possa fazer esse cadastro nos concelhos. Há aqui um compromisso, a candidatura para ser elegível, ou para vir a ser paga, tem que haver aqui no mínimo 30% de execução de todo o território, da parte do concelho de São Pedro do Sul e da maioria há aqui um compromisso de tentarmos ir aos 50%, isto não é um processo fácil, em São Pedro do Sul há mais de 70 mil artigos. Portanto aqui o objetivo é delegarmos na CIM e a uma única empresa que queira ganhar a execução deste serviço, vai fazer para toda a comunidade, até porque acho que faz mais sentido do que uma empresa andar a fazer em cada um dos nossos concelhos. A Eng^a Mónica tem estado a acompanhar este processo com técnicos das outras câmaras e só peca por tardia esta questão do cadastro.” Não se tendo verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

De seguida a 1^a Secretária da Assembleia Municipal deu por encerrada a presente sessão, quando eram 12 horas e 50 minutos, dela se lavrando a presente ata que vai ser assinada, nos termos legais, pelos Secretários da Mesa.

OS SECRETÁRIOS,